

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Geografia elétrica](#)..... 2

Valor Econômico

[Título: Solução para cessão onerosa é prioridade, diz ministério](#) 8

[Título: Militares veem motivação política em divulgação de documento da CIA](#)..... 10

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Geografia elétrica..... 2

Título: 'Jeitinho' para burlar as regras 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo6

Título: Construção estuda levar reajustes da Petrobras ao Cade 6

Título: Hidrelétricas pedem novos contratos ao BNDES..... 7

VEÍCULO: Valor Econômico8

Título: Solução para cessão onerosa é prioridade, diz ministério 8

Título: Militares veem motivação política em divulgação de documento da CIA..... 10

Título: Destaques 12

Título: CTG avança no Brasil com aquisição da EDP..... 13

Título: Ecom Energia investe na América do Sul e aposta em atuação global..... 15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Geografia elétrica**

O que se diz no mercado é que está praticamente selado o destino das distribuidoras federais de energia que serão privatizadas no mês que vem. A Equatorial Energia, que controla a Cemar, no Maranhão, deve ficar com a Companhia de Energia do Piauí. O mesmo critério geoeconômico deve fazer com que a Energisa, que já atua em Sergipe, abocanhe a Companhia Energética de Alagoas.

Já...

A Amazonas Distribuidora de Energia dificilmente terá interessado. Pode continuar como estatal.

Energia solar em casa

O ministro Moreira Franco costura com o Banco do Brasil o lançamento de uma linha de financiamento para a instalação de energia solar residencial.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: 'Jeitinho' para burlar as regras**

Empresas contornam legislação com indicações políticas em comitês e conselho fiscal, e CVM reage

Quase dois anos depois de a Lei das Estatais entrar em vigor, as empresas ainda tentam contornar os impedimentos previstos na legislação a indicações políticas para a administração de empresas. O cenário levou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a ampliar sua interpretação das regras de conduta para empresas públicas. A autarquia já se manifestou três vezes sobre o assunto, a última delas há poucas semanas, barrando indicações políticas até em companhias privadas, mas com estatais entre os principais acionistas, como a Light, e para órgãos que vão além da administração direta das empresas, como o conselho fiscal e o comitê de indicação. Em reação ao aperto do órgão

regulador, o estado de Minas tenta invalidar as interpretações da CVM em ação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Um dos pontos-chave da Lei das Estatais é o rol de critérios para nomeação de conselheiros e administradores das empresas. Passou a ser vedada, por exemplo, a indicação de conselheiros que tenham participado de campanha eleitoral nos últimos 36 meses ou sejam dirigentes de partido, sindicalistas ou parlamentares. Também começou a ser barrada a nomeação de parentes de políticos ou de pessoas em cargos no governo que impliquem conflito de interesse. No fim de abril, o colegiado da CVM barrou a indicação de seis pessoas ao conselho fiscal da Light, após ser alertada pela BNDESPar, braço de participações do banco de fomento e acionista da empresa. Controladora da concessionária fluminense, a estatal mineira Cemig fez indicações de pessoas com cargos no governo. Entre os indicados estavam secretários e subsecretários do governo mineiro, um secretário executivo do Partido Republicano da Ordem Social (Pros) e um assessor técnico no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Sudeste (Cisdeste), que reúne 94 municípios mineiros.

AUTARQUIA PRIORIZA OBJETIVO FINAL DA LEI

Foi a primeira vez que a autarquia disse que as regras de impedimento valiam também para conselheiros fiscais, interpretação da qual Light e Cemig discordam, segundo disseram à CVM. Mas a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM entendeu que o prolongamento seria “natural” por se tratar de “órgão relevante do sistema de governança de uma companhia”, que é o foco da Lei das Estatais. Essa foi a terceira manifestação da CVM sobre o assunto, confirmando que a autarquia adotaria uma “interpretação teleológica”: privilegiando os objetivos finais da legislação. — Algumas diretrizes já foram colocadas. A primeira é que a CVM tem, sim, competência para tratar da Lei das Estatais. A outra diz respeito ao entendimento sobre a real finalidade da lei na hora de a CVM interpretá-la. A lei quer buscar a independência dos administradores diante dos controladores estatais — afirmou Daniel Kalansky, do escritório Loria e Kalansky Advocacia.

— Não há dúvida de que a lei não consegue prever tudo, e daí a importância de levar em conta seus princípios fundamentais. A primeira decisão foi em dezembro de 2016, e, já naquela ocasião, o foco era a Light. Ali, o colegiado decidiu que a Lei das Estatais também se aplicaria na indicação de conselheiros por empresas públicas para companhias privadas em que detêm participação. Os diretores se manifestaram em resposta a uma queixa de acionistas da Light, da gestora Tempo Capital e do megainvestidor da Bolsa Victor Adler. Eles reclamavam da indicação, pela Cemig, para o conselho da Light de um ex-secretário-executivo de gabinete de Dilma Rousseff, que participou de sua campanha. Os diretores decidiram, por unanimidade, que “não haveria razões

lógicas ou compatíveis com o espírito da norma” para admitir a nomeação. Para eles, é necessário estender as vedações a empresas privadas quando sofrem influência de estatais.

Em janeiro deste ano, a CVM voltou a se manifestar. O governo do Paraná designou para um “comitê de indicação e avaliação” da Companhia Paranaense de **energia** (Copel) seis políticos: dois eram secretários; um, deputado federal; outro, controlador-geral do Estado; e o último, ex-presidente de representação local do Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB do então governador do Paraná, Beto Richa. Os nomes desagradaram à BNDESPar, acionista da empresa, que se queixou à CVM. Mais uma vez, a autarquia entendeu que, embora a Lei das Estatais não criasse vedações específicas para aquele comitê, fazia sentido estender as proibições já que ele seria responsável por indicar conselheiros da Copel. Em seu voto, o presidente da CVM, Marcelo Barbosa, argumentou que permitir que indicados políticos assessorassem a escolha de conselheiros “levaria a resultado contrário aos objetivos da lei.” Neste ponto, o executivo discordou do entendimento da área técnica da CVM.

A resistência à Lei das Estatais também ficou clara no caso da Caixa Econômica. No ano passado, o banco tentou contorná-la ao ignorar recomendações do Ministério Público Federal (MPF) para afastar seus 12 vice-presidentes, entre eles pelo menos quatro indicados por partidos políticos. Eles só foram afastados em janeiro, após denúncias de irregularidades envolvendo os executivos e de o conselho alterar o estatuto do banco para enquadrá-lo na legislação. Para o BNDES e para advogados ouvidos pelo GLOBO, as interpretações da CVM não desrespeitam a lei. — O entendimento da CVM tem sido muito positivo, até porque uma das finalidades do regulador é sinalizar as boas práticas. E seu posicionamento reflete o espírito da lei. Quando o mercado entende claramente o direcionamento dado pelo regulador e pelos investidores institucionais, vai aos poucos se ajustando — ponderou Eliane Lustosa, diretora de Mercado de Capitais do BNDES.

DECISÃO QUESTIONADA PELO GOVERNO DE MINAS

Segundo ela, quando as empresas “não tiverem essa postura positiva de atender ao espírito da lei”, o BNDES vai cobrar, seja questionando a CVM, seja por meio de voto em assembleia. — A CVM está convidada a fazer o que está fazendo, no sentido de impedir a indicação de pessoas politicamente vinculadas. É coerente. O novo instrumental é justamente para coibir preventivamente malfeitos — observou Carlos Augusto Junqueira, do escritório Cescon Barriou Advogados. Outra advogada observou, porém, que falta a CVM se manifestar mais profundamente. — Ela tem sido pressionada a se manifestar em casos de pedidos de interrupção de prazo para convocação de assembleia, que sempre impõem urgência. Mas temos visto uma interpretação mais ampla,

que atende inclusive a uma demanda do mercado por administradores cada vez mais profissionais — disse ela, que preferiu não ser identificada porque atua em casos julgados pela CVM.

As decisões da autarquia desagradaram ao governo de Minas, que controla a Cemig com 50,97% das ações com direito a voto. O estado tenta barrar os entendimentos da CVM por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ingressada no STF no fim de abril. O estado questiona a legalidade da Lei das Estatais e, em sua petição, assinada pelo governador Fernando Pimentel (PT), reclama da interpretação da CVM, classificada de “equivocada” e que ele diz temer que seja “replicada pelos tribunais brasileiros”. A Adin foi distribuída ao ministro Ricardo Lewandowski, e não tem data para ser apreciada. A petição afirma que seguir a interpretação da CMV poderia “impedir a participação de empresas estatais em empresas privadas”.

A Adin argumenta que a CVM desconsiderou decreto estadual de Minas que regulamentava a lei para suas estatais. Isso porque a CVM julgou que a Lei das Estatais estava em vigor desde a promulgação federal, sem necessidade de depender de decretos estaduais para valer. Isso violaria, segundo o o governo mineiro, sua autonomia, pois o decreto federal deu prazo até julho de 2018 para adaptação. Minas pediu medida cautelar para que, no mínimo, “seja dada interpretação conforme a Constituição” de alguns artigos da Lei das Estatais para que ela não seja aplicada a empresas privadas que tenham estatais entre os acionistas — caso da Light — e que seja respeitado o prazo de julho de 2018. Procurado, o estado de Minas não quis se manifestar. Em nota, a Cemig afirmou que “o posicionamento da CVM é equivocado e contraria até mesmo a legislação federal sobre o tema”.

“Embora a Cemig detenha participação na Light, trata-se de uma empresa privada e não de uma empresa estatal, pelo que a Light não está sujeita, no que concerne às indicações dos membros dos conselhos de administração e fiscal, às disposições da Lei das Estatais. Mesmo assim, Cemig e Light esclarecem que cumpriram a orientação da CVM”, escreveu a companhia. Procurada, a Light disse que competia à Cemig se manifestar. A Copel também não se pronunciou. Já a Caixa disse ter “um sistema de governança adequado à Lei das Estatais” e que a maior parte das recomendações do MPF já está implementada, em implementação ou em processo de estudo. O banco acrescenta que decidiu pelo “início imediato de processo competitivo de seleção, com apoio de empresa especializada, para todos os cargos de vice-presidente”, de acordo com o novo estatuto do banco.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Construção estuda levar reajustes da Petrobras ao Cade**

Mercado Aberto

A Cbic (entidade da construção) estuda reclamar no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) de reajustes de preços do asfalto feitos pela Petrobras desde 2017. Única empresa que vende asfalto no Brasil, a estatal decidiu acompanhar a cotação internacional, como fez com preços da gasolina.

clientes da Petrobras que atendem gestões públicas, porém, não conseguem reajustar de forma ágil, diz José Carlos Martins, presidente da Cbic

“Estudamos levar a queixa ao Cade. Quem tem o monopólio como a Petrobras não pode aumentar unilateralmente os preços nesse ritmo. É abuso do poder econômico.”

A estatal deveria dosar os aumentos para que fossem paulatinos, argumenta.

Permitir reajustes mais frequentes de contratos de obras é inviável porque gestores públicos receiam que órgãos de controle, como o TCU, não os aceitem, diz. A Abeda (associação das distribuidoras) procurará o governo para tentar mudar a lei e permitir uma revisão mais amigável de contratos públicos, de acordo com Felipe Pacheco, superintendente-executivo.

“Se o preço da matéria-prima varia com as cotações do petróleo, os valores com a administração pública precisam ser reajustados na mesma proporção e rapidez”, afirma.

“No caso do combustível, o distribuidor pode repassar imediatamente. Em obras públicas, não”, diz Gustavo Barbosa, sócio da Serrabetume.

Em nota, a estatal afirmou que fez um acerto com o setor.

“A companhia esclarece que foi negociado um período de transição (entre fevereiro e abril) sem reajustes, considerado por ambas as partes como suficiente para permitir a adequação dos contratos entre distribuidoras e seus clientes à nova dinâmica.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Hidrelétricas pedem novos contratos ao BNDES

Nova taxa de juros do governo aumenta custos de operações em R\$ 1,25 bi; alta pode ser repassada a contas de consumidor

Grandes hidrelétricas pediram ao governo a revisão dos contratos com o BNDES para tentar reverter perdas de ao menos R\$ 1,25 bilhão em razão do aumento do juro do financiamento e à queda da inflação, que corrige os contratos de venda de energia.

Embora essas empresas tenham assumido esse risco na assinatura dos contratos, o assunto virou um problema para o governo porque elas podem repassar o aumento de custo financeiro para os lances dos próximos leilões de energia.

Na prática, o consumidor poderá pagar a conta. “É um efeito provável”, disse Paulo Glicio da Rocha, diretor da Abrage, associação que reúne geradoras de energia.

A situação afeta grandes hidrelétricas, como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e também grupos que atuam com linhas de transmissão.

A maioria tomou empréstimos no BNDES no passado com juros subsidiados para que a tarifa ao consumidor fosse baixa.

Esses contratos são corrigidos pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), subsidiada pelo Tesouro Nacional para permitir investimentos.

No governo Michel Temer, a TJLP foi substituída pela TLP, que é mais alinhada com taxas de mercado.

Na outra ponta, os contratos de venda de energia são corrigidos pela inflação medida pelo IPCA, índice oficial.

Nenhum grupo enfrentou problema enquanto a inflação esteve mais alta do que a TJLP Afinal, a receita era corrigida sempre acima do custo do financiamento.

Mas, com o agravamento da recessão com Dilma Rousseff, a TJLP subiu até 7,5%, em 2016. Em 2017, permaneceu em 7%, e, em março deste ano, passou para 6,6%. Quando as empresas tomaram os empréstimos, a taxa estava em torno de 5%.

Pelo lado das receitas, houve redução no período porque o IPCA sofreu queda de 6,15%, no primeiro trimestre de 2014, para 2,68%, no primeiro trimestre deste ano.

“Uma diferença desse tamanho não é sustentável no médio e longo prazo”, afirmou Vítor Paranhos, presidente da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dona da usina de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

As empresas já visitaram autoridades dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda para rever os contratos. Para elas, a saída é a renegociação das regras com o BNDES.

Carla Primavera, superintendente de Energia do banco, afirma que as empresas ainda não fizeram manifestações formais, mas indicou que poderia estudar o problema. Ela ressalta, porém, que a TJLP é fixada pelo governo.

Estudo recente feito pelo economista Richard Hochstetler do Instituto Acende Brasil com os cinco maiores projetos do setor mostrou que, só com o aumento da TJLP as empresas pagaram R\$ 429 milhões ao BNDES entre março e abril.

“Se a TJLP fosse a mesma daquela vigente quando assinaram os contratos, esse pagamento teria sido de R\$ 326 milhões”, afirmou.

No estudo foram consideradas Belo Monte, Santo Antônio e Jirau e as linhas de Teles Pires e do Madeira.

“A solução é trocar a TJLP pela nova taxa, mas com mais prazo de pagamento”, disse Luiz Fernando Rolla, diretor da Norte Energia, controladora da Belo Monte (PA).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Solução para cessão onerosa é prioridade, diz ministério

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Bezerra, disse que uma das prioridades do governo é terminar as negociações com a

Petrobras sobre a cessão onerosa até esta semana. O prazo da comissão técnica criada para discutir o tema vence quinta-feira, dia 17. "A prioridade é terminar as negociações e ver quanto quem deve para quem", disse Bezerra ao **Valor**.

Sem entrar em detalhes sobre os pontos em análise, ele observou que o contrato assinado em 2010 prevê que o início da contagem de tempo do contrato é a data da declaração de comercialidade das áreas. E lembra que naquele momento havia preocupação de não existirem as reservas que foram adquiridas pela estatal no processo de capitalização.

No entanto, foram descobertos volumes muito maiores de petróleo e gás que o governo pretende oferecer em leilão depois de concluída a negociação com a estatal. Se a Petrobras for credora, o que Bezerra não confirma, o governo poderá fazer um leilão para vender os volumes encontrados que podem variar entre 6 bilhões e 10 bilhões de barris. O dinheiro arrecadado seria usado para pagar a estatal.

O petróleo foi descoberto depois da assinatura do contrato firmado em 2010, no processo de capitalização da Petrobras. Para que as áreas pudessem ser concedidas sem licitação foi preciso aprovar a lei 12.276, de junho de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras, com dispensa de licitação, 5 bilhões de barris de petróleo e gás. "Mas não existe decisão ainda sobre a forma de leilão dos excedentes", frisou Bezerra.

O secretário-executivo não se estendeu sobre o caso, mas disse que, se esse petróleo for vendido em leilão, será a quinta oferta de áreas para exploração e produção de petróleo e gás realizada em 2018.

A conta considera a 15ª Rodada de Licitações, realizada em março, a 4ª Rodada de Partilha de Produção marcada para o dia 7 de junho, a 5ª Rodada de Partilha, marcada para 28 de setembro, e ainda a oferta permanente de áreas para exploração e produção. Essa última colocou no mercado 884 blocos leiloados anteriormente pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) que não tiveram interessados. E agora estarão disponíveis para empresas que poderão assinar os contratos sem a necessidade de participar de um leilão.

Sete meses antes de acabar o governo do presidente Michel Temer, Márcio Félix Bezerra contabiliza os desafios que ainda precisarão ser transpostos na área de energia. A maior parte depende do Congresso, onde estão para ser votados o novo marco legal do setor elétrico, a venda de seis distribuidoras estaduais que estão sob controle da Eletrobrás e a privatização da própria holding do setor elétrico. Sobre as distribuidoras de energia do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, o governo aguarda a análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

"Depois desse aval vamos publicar o edital. Estamos trabalhando para que as seis possam ser leiloadas. Vemos que elas têm interessados, não sabemos se pelas seis", admitiu Bezerra.

Sobre a venda da Eletrobrás, que está em discussão na Câmara em projeto relatado pelo deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), o secretário executivo admitiu que vai ser "o maior desafio da reta final do governo".

Ao listar os desafios da pasta, ele cita ainda a votação da MP 811, que permitirá que a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) venda petróleo diretamente, e a MP 814 que, segundo Bezerra, "ataca vários passivos do setor de uma só vez", entre eles a possibilidade de concluir a construção da usina nuclear de Angra 3 por meio de uma autorização para aumento do preço da energia produzida, que daria mais conforto para um investidor estrangeiro se tornar sócio minoritário da Eletronuclear. Atualmente a empresa está inadimplente com o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Bezerra também listou os obstáculos já contornados e que travavam o setor, entre eles, a renovação do Repetro, a nova regra para perdão às empresas que descumpriram os índices de conteúdo local previstos nos contratos (waiver no jargão da indústria), as regras para unitização e a agenda de leilões.

Agora, quer fortalecer a Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip) para que ela se torne a entidade "estratégica" das decisões sobre o setor de óleo e gás. "Precisamos ter um ambiente para integrar todos os atores", diz.

A ideia, diz o secretário-executivo, é reunir os setores "de forma estruturada", onde se possa reunir e discutir uma nova agenda. "Hoje o setor está super fragmentado e há uma perda de energia muito grande indo a Brasília negociar com o Congresso, ministérios e presidência da República".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raymundo Costa, Fernando Exman e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Militares veem motivação política em divulgação de documento da CIA

A divulgação do documento da CIA, órgão de inteligência do governo americano, segundo a qual o ex-presidente Ernesto Geisel autorizou a execução de opositores do regime militar causou apreensão no Palácio do Planalto e nas Forças Armadas, especialmente em setores da reserva. Os militares viram "motivação política" no episódio, pois o documento é de domínio público desde 2015, mas só agora foi divulgado, às vésperas da eleição presidencial, num momento de radicalização política.

O Palácio do Planalto não se manifestou oficialmente, mas **O Ministro Moreira Franco (Minas E Energia)**, um dos principais auxiliares do presidente Michel Temer, disse ao **Valor**, com exclusividade: "Não podemos radicalizar. A intolerância que se quer impor ao país às vésperas da eleição é um desserviço à democracia e à futura geração dos brasileiros". Oficialmente, as Forças Armadas limitaram-se a dizer que os documentos da época foram destruídos, nos termos da legislação vigente. Mas vários oficiais da reserva se manifestaram.

O general Carlos Alberto Santa Cruz, que ocupa uma função civil, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, foi quem fez a relação entre a divulgação do documento e a eleição. "Este é um ano eleitoral. Foram publicadas várias notícias de um número maior de militares participando nessa próxima eleição, e tem que ver também interesses políticos nesse tipo de divulgação".

O atual presidente do Clube Militar, Gilberto Pimentel, disse que a publicação da CIA era "inteiramente fantasiosa" e "não vale um tostão furado". A exemplo de Santa Cruz, o general também registrou a coincidência da divulgação com um momento em que militares ocupam posições privilegiadas nas pesquisas eleitorais. Não citou o nome, mas deixou claro que se referia ao candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, e a oficiais candidatos a outros cargos eletivos.

Causou apreensão também o fato de o último coordenador da Comissão da Verdade, o advogado Pedro Dallari, cobrar das Forças Armadas o reconhecimento da responsabilidade institucional pelo que houve no passado". Todos salientaram que a divulgação "não arranha em nada o prestígio das Forças Armadas" e procuraram preservar a imagem do ex-presidente Ernesto Geisel, o general que entre avanços e recuos (concessões à linha mais dura do Exército) comandou a abertura política.

O documento da CIA é de 1974 e foi tornado público, com exceção de dois parágrafos, em 2015 pelo governo americano. No entanto, ganhou visibilidade na quinta-feira, depois de publicado nas redes sociais por Matias Spektor, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Outros militares também corroboram a tese de que o patamar alcançado nas pesquisas de intenção de voto por Bolsonaro - capitão da reserva e defensor dos governos militares - e a proliferação de candidaturas de integrantes das Forças Armadas que já deixaram a ativa em diversas unidades da federação motivaram a divulgação do documento.

"Esse documento é um informe, baseado em suposições e em algo que alguém ouviu falar. Não tem valor político nenhum porque não é algo comprovado", afirmou ao **Valor** o pré-candidato ao governo do Distrito Federal pelo PRP e aliado de Bolsonaro, general Paulo Chagas. "Acho que é mais uma tentativa de

demonizar os militares neste momento em que eles estão em alta. A repercussão em cima desse documento tem por objetivo enfraquecer as candidaturas militares, inclusive a de Bolsonaro".

O general criticou o que chamou de "alarmismo que tem objetivo político". "Temos que desmistificar essa imagem de que todo militar advoga pela ditadura, são torturadores, são perigosos. Não tem valor nenhum as informações desse documento da CIA, porque elas não tem comprovação. Mesmo se tivessem, isso aconteceu há quantos anos? Que influencia isso teria hoje?", questionou.

Para Chagas, o apoio popular a candidaturas militares deve acontecer, pois, segundo ele, o grupo representa "responsabilidade, honestidade, probidade", características que a sociedade vem cobrando da classe política. "Bolsonaro é o testemunho de que a nossa formação nos credencia para entrar na política e fazer a política com seriedade. Ele não se contaminou com nenhum escândalo de corrupção", disse o pré-candidato do PRP ao governo do Distrito Federal.

Na avaliação dele, a "pulverização de candidaturas militares" - ele destaca que apenas o Acre não tem candidato militar - não deve sofrer nenhum abalo por causa do documento da CIA. Sobre a disputa pelo comando do Palácio do Buriti, o general estabeleceu algumas diretrizes e restrições sobre eventuais alianças com outras legendas: vetará qualquer aliança com partidos de esquerda ou com siglas que possuam membros que usem tornozeleira eletrônica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Confisco na PDVSA

A petroleira americana ConocoPhillips confiscou produtos que pertenciam à estatal venezuelana PDVSA na refinaria de Isla, em Curaçao, segundo a agência "Reuters". "Não temos qualquer meio de acessá-los", disse o ministro de Desenvolvimento Econômico de Curaçao, Steven Martina, que não revelou valor ou volume dos produtos. Martina adicionou que Curaçao pretende se encontrar com a PDVSA e a Conoco nesta semana.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Camila Maia | De São Paulo****Título: CTG avança no Brasil com aquisição da EDP**

A possível aquisição do controle do grupo português de energia EDP pela China Three Gorges (CTG), ainda que não envolva uma oferta voluntária para adquirir ações no mercado da EDP Energias do Brasil, aumentaria ainda mais a presença da chinesa no Brasil na área de geração. Por muito pouco, a CTG não roubaria o posto de maior geradora privada do país, hoje detido pela Engie, de capital franco-belga.

A CTG já tem 8,27 gigawatts (GW) em potência instalada no Brasil, com 14 usinas hidrelétricas e participações em 11 parques eólicos. Os principais ativos são as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira (ambas entre MS e SP), que têm, respectivamente, 1,55 GW e 3,44 GW, e que pertenciam à Cesp. Foram arrematados pela gigante chinesa em 2015, em um leilão, com outorga de R\$ 13,8 bilhões.

Em 2016, a CTG comprou os ativos da Duke Energy no país, que somavam 2,27 GW, por US\$ 1,2 bilhão, se consolidando como segunda maior geradora privada.

Hoje, a maior geradora privada do Brasil é a Engie, com 9,2 GW em operação e 1 GW em construção. Mesmo que a CTG some 11 GW com a eventual consolidação da geração da EDP Energias do Brasil, a franco-belga está em vias de consolidar a hidrelétrica de Jirau em seus resultados. A megasina do rio Madeira (RO) tem 3,75 GW, o que levaria a Engie a quase 14 GW.

Na sexta-feira, a CTG lançou oferta pública voluntária de compra de ações da EDP e da EDP Renováveis na bolsa de Lisboa, ao preço de € 3,26 e € 7,33 por ação, respectivamente. O valor avalia a EDP em cerca de € 11 bilhões. Como já é dona de 23,27% da empresa, teria de pagar aos demais acionistas € 8,3 bilhões.

O preço embute prêmio, considerado baixo, de 4,8% ante o fechamento das ações da EDP.

Mesmo sem lançar oferta pública de aquisição de ações (OPA) pela EDP Energias do Brasil, ela controlaria indiretamente a brasileira, que tem 2,9 GW de capacidade. Além de três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que somam 131 MW, a EDP Brasil tem 720 MW na termelétrica Pecém I (CE) e 2,1 GW em seis hidrelétricas.

A EDP é sócia da CTG nas hidrelétricas Santo Antonio do Jari (AP e PA), Cachoeira Caldeirão (AP) e São Manoel (PA), construídas nos últimos anos e concluídas antes dos prazos regulatórios.

A brasileira se destaca também no segmento de distribuição, com duas concessões importantes: a EDP São Paulo (antiga Bandeirante) e a EDP Espírito Santo. Em 2017, fez seus primeiros investimentos em transmissão - tem hoje 1,3 mil km de linhas em construção. Está presente também em comercialização de energia.

A oferta lançada pela gigante chinesa pelo controle do grupo EDP coloca como condição que a CTG não seja obrigada a lançar também uma oferta pela subsidiária da EDP no Brasil. O grupo português tem 51% do capital votante e total da brasileira. O restante está disperso na bolsa.

Na sexta-feira, com a oferta da CTG, as ações da Energias do Brasil dispararam na B3 e alcançaram alta de 15,6% - a maior do Ibovespa, principal índice -, para R\$ 15,60, recorde histórico de preço. Seu valor de mercado foi para R\$ 9,33 bilhões. O movimento refletiu a expectativa de que a possível aquisição do controle do grupo português resultasse em OPA por aqui.

Contudo, não há nenhuma garantia de que esse seja o desdobramento. A Lei das S.A. e o estatuto da empresa não indicam que seja esse o caso, pois a EDP de Portugal não tem um controlador definido.

A Lei das S.A. prevê existência de oferta pública aos minoritários apenas em casos de alienação direta e indireta de controle, no artigo 254-A. Ou seja, para companhias que já tinham dono. É muito comum que investidores não atentem ao fato de ser necessário, para OPA de "tag along", a venda do controle - e não apenas a aquisição. Companhias de capital pulverizado não possuem um "dono" vendedor do controle.

Formação de bloco de controle indireto como resultado de ofertas hostis não está contemplado na lei brasileira. O estatuto social da EDP do Brasil repete o princípio da lei, de prever oferta aos minoritários em casos de alienação de controle.

A operação terá sucesso se a CTG conseguir obter fatia acima de 50% das ações da EDP Portugal. A chinesa pretende que o grupo português passe a liderar as operações e sua expansão na Europa, nas Américas e nos países lusófonos, como o Brasil. **(Colaborou Graziella Valenti)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Camila Maia | De São Paulo****Título: Ecom Energia investe na América do Sul e aposta em atuação global**

A Ecom Energia está investindo na internacionalização da sua atuação, com foco em países na América do Sul, num primeiro momento, a fim de capturar grandes clientes que tenham atuação global. A companhia, que nasceu como uma comercializadora de energia, completou três anos no Chile recentemente, e está construindo sua primeira unidade solar no país, em uma parceria com uma mineradora local.

No segundo semestre, a Ecom deve inaugurar unidades na Colômbia e no Peru, sempre em parceria com uma empresa americana da mesma área, a Kinect Energy Group. "Percebemos que começou a surgir a ideia do gestor global de energia, e que esse executivo, muitas vezes, prefere tratar com uma única empresa de gestão de energia que possa assessorá-lo no mundo todo", disse Paulo Toledo, sócio-diretor da companhia.

O movimento é estratégico, porque coloca a Ecom na frente na hora de disputar contratos com multinacionais no Brasil. "Temos casos de clientes que nosso parceiro nos acionou e a Ecom atende nos mercados do Brasil e Chile. Cada vez mais clientes partem para esse atendimento global", disse Toledo.

No Chile, o segmento de comercialização é diferente. A empresa só pode vender energia se tiver geração própria. Até então, a Ecom tem atuado como gestora de contratos, mas veio daí a ideia de investir em geração própria no país. Atualmente, há uma unidade solar de 3 megawatts (MW) em construção, em parceria com a Mineradora San Pedro, que vai comprar 40% da energia gerada. Outros dois projetos de energia solar estão em desenvolvimento atualmente. "Nossa ideia é ter de 9 MW a 10 MW no Chile. A economia lá está crescendo e a energia é negociada em dólares, o que é interessante", disse Toledo.

A situação do Chile é semelhante ao mercado de energia do Peru, no qual a Ecom deve entrar como gestora de contratos, para depois estudar um ativo de geração. Na Colômbia, a companhia deve atuar como comercializadora, na negociação de contratos de compra e venda de energia.

O faturamento no Chile ainda é pequeno. Em 2017, a empresa teve receita de US\$ 2,5 milhões no país, ante uma receita de cerca de R\$ 1,5 bilhão no Brasil. "Mas já atingimos mais de cem clientes, e é um faturamento relevante para gestão", disse Toledo, lembrando que, no Brasil, essa área teve faturamento de R\$ 15 milhões no ano passado.

"É um movimento estratégico. A diversificação na América do Sul existe porque clientes globais querem ter um atendimento regionalizado, é uma expansão que precisamos fazer", disse Márcio Sant'Anna, sócio-diretor da Ecom.

Diversificação envolve projeto de terminal de regaseificação de GNL a ser construído no litoral de Santa Catarina

Na sua diversificação, a Ecom também está investindo em geração de energia, por meio de projetos de geração distribuída, e abriu uma comercializadora de gás, a fim de importar gás diretamente da Bolívia e desenvolver projetos próprios nessa área.

"De alguns anos para cá, começamos a ver que a empresa tinha uma estratégia sólida, e nossa ideia sempre foi não ser uma comercializadora, mas uma empresa de energia. A ideia sempre foi ter a atuação mais ampla", disse Toledo.

No setor de gás, a Ecom ainda está definindo qual estratégia seguir. Segundo Sant'Anna, quando a companhia entrou nesse mercado, começou a ver oportunidades novas, como o déficit de fornecimento de gás natural no Sul do país. "Identificamos a oportunidade de ter uma unidade de regaseificação de GNL [gás natural liquefeito]", disse.

De acordo com Sant'Anna, a Ecom está olhando dois portos em Santa Catarina que podem receber o terminal de GNL. "Um deles tem probabilidade maior", disse, sem revelar a localização exata. "Hoje já temos cartas de intenção assinadas pelos investidores, acredito muito que o projeto vá sair", completou. A ideia é que o contrato seja assinado até meados do ano que vem.

A construção de uma termelétrica junto do terminal de GNL não está descartada, mas não é uma condição necessária para que o projeto saia do papel.

O outro segmento de aposta da Ecom é em geração distribuída. A companhia pretende investir em projetos de geração voltados para isso, o que pode incluir consumidores que hoje não têm acesso às economias possibilitadas pela migração ao mercado livre de energia, como os residenciais e os comerciais de média e baixa tensão. "O mercado está tendo uma movimentação muito grande nesse sentido", disse Sant'Anna.

MME / ASCOM .